

## **Desenvolvimento, Sexualidade de Mulheres Jovens, Políticas de Educação e Práticas Educativas: entre ausências, silenciamentos e invisibilizações<sup>1</sup>**

---

Marion Teodósio de Quadros<sup>a</sup>

Este trabalho aborda a sexualidade no cotidiano de mulheres jovens e nas políticas nacionais e estaduais de educação, analisando a efetivação de direitos sexuais e processos de empoderamento das jovens numa situação de crescimento econômico acentuado e sucesso em indicadores sociais como a que ocorreu em Pernambuco (2008 a 2012). Teve como base etnografias em 3 comunidades (1 em Recife e 2 em Caruaru), entrevistas em profundidade realizadas com 22 jovens e pesquisa documental em sites do governo e movimentos sociais. Apesar de serem fundamentais para tratar de processos e projetos de desenvolvimento, os direitos sexuais e as jovens não aparecem visivelmente como pauta a ser considerada, por causa de mecanismos de ausência, silenciamento e invisibilização. Em diferentes setores governamentais e comunitários as ações práticas reafirmam a perspectiva controlista sob novas roupagens, apesar de todos os esforços dos movimentos sociais e outros setores governamentais em favor dos direitos sexuais.

Desenvolvimento; Sexualidade; Mulheres jovens; Empoderamento.

O Brasil viveu, na primeira década do século XXI, uma situação otimista para os planejadores do desenvolvimento e implementadores de políticas por conta do vigoroso crescimento econômico e da me-

<sup>a</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Chefa do Departamento de Antropologia e Museologia da UFPE. E-mail: marionteodosio@yahoo.com.

lhoria significativa em vários indicadores sociais, como crescimento do emprego formal e redução da taxa de desemprego (Bacelar 2012; Lavinas 2012), fazendo com que o país ocupe um lugar de destaque no cenário internacional<sup>2</sup>.

Pernambuco, estado situado na região Nordeste, marcada por acentuada pobreza e desigualdades, vem se destacando como um dos Estados com taxa de crescimento que supera a média do País – PIB crescendo 5,2%, em 2009, e 9,3%, em 2010, – e com atividades econômicas baseadas fortemente na indústria diversificada, inclusive o setor de petróleo e gás, que comanda o crescimento industrial brasileiro (Bacelar 2012).

A intensidade do crescimento econômico tem conduzido os governantes e seus aliados a investir numa multiplicidade de polos de desenvolvimento em todo o estado de Pernambuco. Estes polos têm uma diversidade de características, de configurações locais de recursos e oportunidades de interesses. Neste trabalho, estamos refletindo sobre dois polos urbanos – Caruaru e do Recife, vistos como grandes centros econômicos no estado<sup>3</sup>, propulsores de ações e projetos de desenvolvimento, geralmente associados a atividades de indústria, comércio, serviços e turismo, com destaque para o Polo de Suape, na Região Metropolitana de Recife e para a indústria têxtil e comércio, em Caruaru.

Como geralmente acontece, há um espaço muito limitado para as mulheres nos projetos de desenvolvimento. Como é possível salientar, desde o clássico estudo de Esther Boserup (1970), as mulheres são frequentemente ignoradas nas agendas ou projetos de desenvolvimento, ou são receptoras passivas (Moser 1995) desses projetos, sendo tratadas como grupos vulneráveis que necessitam de medidas residuais. Mais frequentemente, são afetadas negativamente por programas e projetos de desenvolvimento que visam a transformar o meio urbano, que não as enxergam como potenciais beneficiárias, convertendo-as em atingidas pouco visibilizadas, como categoria com necessidades específicas, potencializando as dificuldades para se organizarem enquanto grupo

em defesa própria na configuração de múltiplos projetos que ocorrem em áreas de crescimento econômico com processos de urbanização intensiva.

A luta de grupos feministas e a reflexão sobre as desvantagens da inserção das mulheres em programas e projetos de desenvolvimento resultaram em uma série de respostas que tiveram eco tímido nas agências de desenvolvimento, com a incorporação da perspectiva de gênero que continua negligenciando as assimetrias de poder, sem problematizar os motivos que levam a que os recursos continuem desigualmente distribuídos, com ampla desvantagem para aqueles relacionados a políticas de desenvolvimento para as mulheres (Cornwall; Corrêa & Jolly 2008; Bhavnani, Foran & Kurian 2003). Assim, há uma ausência de projetos de desenvolvimento que coloquem a importância do empoderamento das mulheres, baseadas nas teorias feministas de transformação social (Kabeer 1999; Bay-Cheng 2011; Batliwala 1994).

Esta ausência pode ser compreendida em várias dimensões da vida das mulheres, como no acesso a terra, propriedade, habitação, alimentação, educação, saúde, segurança ou trabalho. Contudo, a esfera da sexualidade, vista a partir dos parâmetros dos direitos sexuais, constitui um aspecto ainda mais problemático no que diz respeito à inclusão das mulheres como beneficiárias de projetos de desenvolvimento.

No âmbito internacional, por exemplo, a dificuldade em pautar questões relativas aos direitos sexuais, sejam eles vistos pela sua face negativa (doença, abusos e violência), que exprime as consequências da ausência destes direitos, sejam eles vistos por conteúdos positivos, como elementos importantes para a busca de bem estar e prazer resultam em tratados, acordos, resoluções que “não se referem explicitamente aos ‘direitos sexuais’ nem os definem, mas incluem direitos que têm influência direta sobre a vida sexual e os direitos sexuais” (Sheill 2008:91) <sup>4</sup>. Kate Sheill observa que os direitos sexuais funcionam como “um pivô ao redor do qual se articulam direitos civis, polí-

ticos, sociais e econômicos” (Sheill 2008:92). Esta resistência exprime, a meu ver, a importância dos direitos sexuais como fundamentais para o alcance da igualdade, a erradicação da violência e a promoção da justiça, ou seja, para a promoção do desenvolvimento que estimule o bem estar, transformando o crescimento econômico em medidas que fomentem a satisfação das mais variadas necessidades humanas (saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, etc.) (Oliveira 2002: 40).

Para complexificar ainda mais esta problemática, a sexualidade tem um lugar frágil nas abordagens de Mulher e Desenvolvimento, Mulher no Desenvolvimento e Gênero e Desenvolvimento, posto que nenhuma delas incorpora a sexualidade de modo autônomo, mas subsumidas ao gênero (Cornwall; Corrêa & Jolly 2008; Cornwall, Harrison & Whitehead 2007; Bhavnani, Foran & Kurian 2003). Assim, à ausência da sexualidade nos projetos de desenvolvimento pode ser adicionada sua subsunção nas discussões sobre gênero e desenvolvimento.

Estas dificuldades têm sido acompanhadas pela articulação política da juventude com os movimentos feminista, de HIV/AIDS, LGBT e de direitos humanos para pautar demandas em defesa dos direitos sexuais, relacionadas aos obstáculos no acesso a serviços e informações, decorrentes da vivência cotidiana da vida sexual e reprodutiva.

A pauta de demandas atuais<sup>5</sup> de direitos sexuais e reprodutivos da juventude incluem o direito a informações e acesso a educação sexual abrangente (incluindo uma abordagem científica, adequada à faixa etária, fundamentada nos direitos humanos, igualdade de gênero, relações com saúde sexual e reprodutiva), bem como a implantação de serviços e informações abrangentes e de qualidade, sobre saúde sexual e reprodutiva, com acesso a métodos modernos de prevenção e contracepção, e direito a privacidade e confidencialidade. Tais demandas fazem parte de um rol abrangente de reivindicações para viver livre da pobreza e da violência, a partir da garantia de direitos humanos.

Ocorre que a articulação destes movimentos se faz em conferências, comissões, congressos que encaminham demandas para os mais diversos setores da administração governamental, gerando uma atuação difusa, não relacionada a projetos e ações de desenvolvimento que atingem a setores específicos da população. Não se costuma enquadrar estas mulheres como uma população atingida, para criar demandas relacionadas a processos mitigatórios, embora as demandas encaminhadas pelos movimentos sejam igualmente importantes para a garantia de direitos humanos e projetos de vida das pessoas. Por outro lado, o fato de não serem valorizadas como beneficiárias ou grupo específico de atingidos, leva a dificuldades delas se organizarem em defesa própria.

Dentro das demandas dos movimentos sociais, tem sido dispensada considerável atenção às pautas relacionadas às lésbicas, aos gays etc., que compõem um cenário eivado por discriminação, preconceitos e violência. Pouca atenção tem sido dada aos direitos sexuais das mulheres jovens heterossexuais, embora haja uma bibliografia considerável sobre a gravidez na adolescência.

O assunto e a população enfocada são fundamentais para tratar de processos e projetos de desenvolvimento, mas não aparecem visivelmente como pauta a ser considerada ou população que podemos chamar de ‘atingida’, por causa de mecanismos de ausência e invisibilização. Embora fundamentais, não são valorizadas em algumas vertentes expressivas da literatura que reflete sobre projetos de desenvolvimento, posto que integram a discussão sobre desenvolvimento humano.

Minha proposta é tratar os direitos sexuais como uma pauta de demandas fundamentais para o desenvolvimento, que ocorre em arenas mais difusas e multisituadas, não possui uma população-alvo mobilizada em torno de demandas específicas, nem uma empresa ou agência específica para cobrar danos, mas movimentos sociais que representam setores da população, marcados por alguma especificidade que os une. Isto porque, de outra forma, não seria possível tratar da sexualidade de mulheres jovens, dadas as dificuldades de incorporação

do tema nas discussões sobre projetos de desenvolvimento e a pouca atenção dada às jovens como portadoras de direitos sexuais.

Creio ser fundamental realizar o esforço de pautar a sexualidade e os direitos sexuais, como forma de incentivar a elaboração de caminhos que levem à sua incorporação como pontos importantes para a discussão e análise de grandes projetos de desenvolvimento, uma discussão ainda inexistente. Afinal, a literatura crítica sobre os impactos dos grandes projetos de desenvolvimento e a literatura sobre direitos humanos estão analisando, sob ângulos e perspectivas diferenciadas, os direitos humanos.

Este artigo tem como objetivo destacar a sexualidade de mulheres jovens e as políticas nacionais voltadas para educação, como uma das esferas que podem revelar questões importantes sobre a efetivação de direitos sexuais e processos de empoderamento das jovens em uma situação de crescimento econômico acentuado, como a que está ocorrendo em Pernambuco. Questiono os resultados alcançados com a implementação de tais políticas, se eles têm contribuído para que o crescimento econômico esteja sendo acompanhado de ganhos em direitos sexuais de mulheres jovens para o desenvolvimento social e humano.

Neste sentido, irei focalizar como as políticas de educação abordam sexualidade de mulheres jovens, nos âmbitos nacional (Brasil) e estadual (Pernambuco), para compreender se o crescimento econômico e a efetivação de políticas sociais têm contribuído para a efetivação dos direitos sexuais e promoção de desenvolvimento humano.

A educação é um setor que não costuma se apresentar como área de interesse e investimento para grandes consórcios de construção, por exemplo. Isso pode potencializar seu papel de contraponto ao desenvolvimento promovido por grandes obras e, portanto, permitir uma reflexão mais diferenciada, pois possibilita visibilizar o maior envolvimento das populações locais e outros atores importantes, como setores governamentais e movimentos sociais. Para isso, analisarei como as políticas de educação direcionadas à juventude abordam os

direitos sexuais e refletirei sobre o empoderamento das mulheres jovens em Pernambuco, considerando os direitos sexuais.

A análise foi realizada a partir da perspectiva construcionista da sexualidade e do empoderamento enquanto transformação<sup>6</sup>, englobando decisões individuais e condições sociais para a sua realização, permitindo que se transite da esfera micro para a macrosocial, e vice versa, em várias arenas sociais, desde as articulações de movimentos sociais em conferências internacionais, às políticas sociais que estão envolvidas no processo de promoção dos direitos sexuais e reprodutivos nos governos e as práticas locais cotidianas que envolvem a vida escolar, familiar e comunitária de mulheres jovens que não costumam estar organizadas em movimentos sociais ou associações, nem envolvidas em processos mitigatórios, mas têm que lidar com as transformações causadas pelos efeitos da realização de grandes projetos nestes dois polos de desenvolvimento no estado.

Considerando estas questões, na primeira parte deste artigo, realço pontos importantes na problematização do sucesso dos indicadores sociais relacionados às mulheres jovens e ao lugar da sexualidade nas políticas educacionais no Brasil. Na segunda parte, procuro evidenciar os desdobramentos destas ações e políticas na arena local, que ora está relacionada ao plano estadual, ora ao municipal, ora ao comunitário. Nesta parte, realizo uma análise que contrasta tais desdobramentos e a vivência da sexualidade de mulheres jovens pernambucanas a partir de uma pesquisa antropológica financiada pelo CNPq e pela FACEPE<sup>7</sup>, que inclui etnografias de três comunidades distintas, nas quais foram realizadas entrevistas em profundidade com 22 mulheres jovens de Recife e Caruaru, para compreender limitações e autonomia que as mulheres jovens possuem em relação a sua vida sexual. Para auxiliar tais reflexões, lanço mão de dados relacionados a mulheres jovens de duas outras pesquisas realizadas em Pernambuco<sup>8</sup>. Dados oficiais e informações encontradas nos sites de ministérios e secretarias, nacionais, estaduais e municipais (Recife e Caruaru), foram utilizados para a análise das duas partes.

Nas considerações finais, ressaltamos questões importantes para pensar controle comunitário e governamental de direitos sexuais na vida das jovens e no debate sobre as políticas de educação. Argumento que o tratamento da mulher jovem como um ser desprovido de vida sexual no cotidiano comunitário, prejudica sua autonomia e reforça desigualdades. O texto chama a atenção para processos de invisibilização, ausência e silenciamentos, evidenciando que é possível e preciso um diálogo de maior proximidade entre a literatura relacionada a impactos de grandes projetos e àquela que trata dos direitos humanos a partir de questões específicas como a sexualidade.

### **O sucesso dos indicadores sociais e a sexualidade nas políticas de educação no Brasil**

Uma das vias indiretas com as quais é preciso lidar, na relação entre direitos sexuais de mulheres jovens e impactos gerados por grandes projetos de desenvolvimento são indicadores sociais. Eles fazem parte do cardápio de requisitos que estudos de viabilidade econômica e social usam para balizar decisões sobre implantação de grandes projetos. Assim, o sucesso de indicadores, torna-se motivo de atração de grandes projetos.

No Brasil, as mudanças ocorridas na primeira década do século XXI vêm sendo acompanhadas pela queda de fecundidade e aumento da escolaridade das mulheres jovens. A taxa de fecundidade de mulheres entre 15 e 49 anos, caiu. A queda da taxa de fecundidade de 2,9 em 1991 para 1,82, em 2010, foi acompanhada pelo envelhecimento da faixa etária das mães. De 2001 a 2008, o número de nascimentos advindos de mães adolescentes representaram 20% do total, enquanto subiu para 26,7% o número de nascimentos cujas mães possuíam 30 anos ou mais (Ministério da Saúde 2011:34 e subs.).

Houve também a superação do *gap* de acesso à educação formal das meninas e jovens em relação aos meninos e rapazes. As mulheres têm, atualmente, maior qualificação que os homens para entrar no



mercado de trabalho. Em 2005, as mulheres foram 54,3% da população concludente do ensino fundamental, 57,6% da concludente do ensino médio e 65% da concludente do ensino superior no Brasil (Pinheiro *et al.* 2008), uma tendência que vem se mantendo.

Esta diminuição tem sido atribuída, pelo Ministério da Saúde, a políticas direcionadas aos jovens nas áreas de educação e saúde<sup>9</sup>. A queda da incidência da gravidez na adolescência, portanto, é o resultado do maior uso de contraceptivos, aumento da escolaridade das jovens e a veiculação de campanhas de conscientização, segundo as Diretrizes Nacionais de Atenção à Saúde dos Adolescentes e Jovens (Ministério da Saúde 2010:88). O texto das Diretrizes destaca que esta queda de fecundidade vem ocorrendo de acordo com o respeito aos direitos sexuais e reprodutivos da juventude.

Na bibliografia internacional, alguns estudos parecem apontar um cenário em que mulheres jovens da América Latina estão questionando limites impostos pela passividade e humildade (Chant & Craske 2003). Silvia Chant & Nikki Craske (2003) apontam estudos feitos na década de 1990 por Rivas Zivy (1998), no México, por Krauskopf (1999) e Schifter & Madrigal (1996), na Costa Rica, que sugerem comportamentos menos conservadores das mulheres jovens quanto ao sexo. Sabina Faiz Rashid (2008) e Silvia Tamale (2008) também sugerem comportamentos de resistência a padrões conservadores relacionados à sexualidade em favelas de Bangladesh e em Uganda, respectivamente. Silvia Chant & Nikki Craske (2003) mostram que esta tendência vem ocorrendo em paralelo à melhoria do acesso das mulheres jovens a maior escolaridade, ao mercado de trabalho, a serviços de planejamento familiar.

Será que, na realidade brasileira, podemos dizer que o crescimento econômico, o aumento de escolaridade e acesso aos serviços de saúde vêm sendo acompanhados de um processo de empoderamento das mulheres jovens, na luta por sua autonomia sexual?

No âmbito nacional, o programa de educação sexual<sup>10</sup> tem potencialidade para conter ações relacionadas à sexualidade, enfatizando

o seu lado positivo (bem estar e prazer). O Ministério da Educação e a Secretaria Especial de políticas para as mulheres são instâncias fundamentais nas definições e implementações de políticas e programas. Muitos deles se fazem a partir do estabelecimento de acordos e parcerias.

No campo da educação, a sexualidade é mencionada em quatro documentos orientadores das políticas de educação do país, o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (Ministério da Educação 1998), os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental (Ministério da Educação 1997) e do Ensino Médio (Ministério da Educação 2000) e o Plano Nacional de Educação (Ministério da Educação 2001). Neles, procura-se extrapolar a dimensão biológica, mas são nos Parâmetros que a ligação da sexualidade com a cidadania está explícita. Os Parâmetros orientam o ensino da sexualidade de forma transversal, de modo a que se possa compreender suas dimensões fisiológica, psíquica e sociológica. O único documento que tem força de lei é o Plano Nacional de Educação, que determina inclusão da educação sexual nas diretrizes curriculares da formação de docentes do ensino superior, em consonância com a abordagem dos Parâmetros (Ação Educativa 2011:65-66).

O Projeto Prevenção e Saúde nas Escolas (PSE), iniciado em 2003, numa parceria entre o Ministério da Educação, o Ministério da Saúde e agências da ONU, é o principal veículo de ações vinculadas à sexualidade nas escolas. A sexualidade é apenas um, entre os diversos e variados que podem ser tratados no âmbito da saúde (obesidade, saúde bucal, etc.). A abordagem da sexualidade se dá pela ênfase na saúde sexual e reprodutiva, mas inclui o debate sobre sexualidade, direitos humanos e cidadania. O PSE procura envolver as organizações da sociedade civil, a sensibilização de gestores da educação e da saúde, o incentivo a criação de grupos de gestores estaduais e municipais do Projeto, bem como capacitação de profissionais em parceria com as universidades (Ação Educativa 2011:66-69).

O projeto, na prática, enfatiza mais a reprodução, a saúde e a prevenção, não havendo clareza se a discussão sobre sexualidade extrapola estes limites. Também não há como aferir a existência de ações sistemáticas relacionadas à educação sexual nas escolas. Levando em conta estes enfoques, os Ministérios da Saúde (MS) e da Educação (MEC) tomaram a iniciativa de instalar máquinas de preservativos nas Escolas Técnicas Federais e distribuir preservativos nas escolas do ensino médio. Houve grande reação de representantes das igrejas católica e evangélica, de governos estaduais e municipais, das próprias escolas (direção e/ou professores), de familiares e estudantes. O Censo realizado pelo MEC em 2005, apontou que apenas 9,1% das escolas disponibilizam preservativos. Acredita-se que poucas delas fazem a distribuição periódica (Ação Educativa 2011:66-69).

As dificuldades em implementar os conteúdos transversais dos Parâmetros e as resistências a ações ligadas a prevenção e contracepção contribuem para concluir que há muita dificuldade de implementação de um programa de educação sexual abrangente como tema transversal nas escolas, resultando na preponderância de ações pontuais como palestras e debates.

A ênfase em saúde parece diluir o enfoque nos direitos, tanto pela ausência de uma ação sistemática quanto pela inserção deste tema como um dos vários itens de um imenso cardápio. Ao que parece, a escolha dos temas que serão enfatizados a cada ano fica a encargo dos profissionais de saúde, que parecem ser entendidos pelo governo como aqueles que mais teriam condições e autoridade para abordar a sexualidade, o que reforça a abordagem mais biológica do tema, que pouco contribui para a construção da cidadania.

A partir de 2008, uma iniciativa que vem se mantendo sistemática e, por isso, merece destaque, é o Curso de Gênero e Diversidade na Escola (GDE), integrante do Programa de Educação em Direitos Humanos, da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão (SECADI), do MEC, no oferecimento de cur-

sos de aperfeiçoamento e especialização para o programa de educação continuada de professores do ensino básico. Para a implementação deste curso, a SECADI contou com a cooperação das universidades públicas. A realização do GDE ocorreu em vários estados da Federação e evidencia a dificuldade dos professores para lidar com assuntos relacionados a gênero e diversidade sexual (Albernaz *et al.* 2010; Quadros & Nascimento 2013; Quadros & Albernaz 2010). Mesmo sendo uma iniciativa fundamental, posto que auxilia a formação dos formadores, há muitas dificuldades de implementação que atrasam constantemente o cronograma de oferecimento do curso.

Portanto, existem propostas nacionais sobre educação sexual abrangente, que são comprometidas com os direitos sexuais e reprodutivos, mas as ações de implementação destas propostas não configuram uma política nacional voltada para os temas da sexualidade, nem parecem resultar em práticas pedagógicas sistemáticas nas escolas. Além disso, há uma preponderância da abordagem dos ‘problemas’ gerados pelo exercício da sexualidade, especialmente os de saúde.

As resistências quanto à incorporação da educação sexual abrangente, a partir do marco dos direitos sexuais parece estar mais relacionada aos poderes locais do que ao governo federal. O discurso sobre sexualidade possui bastante adesão aos marcos dos direitos humanos, mas a prática de operacionalização das políticas revela que ainda temos muito a fazer para que a sexualidade seja abordada a partir das questões do bem estar e da busca do prazer. Suas manifestações estão presentes no cotidiano da escola e dos jovens, mas não são reconhecidas e tratadas pelas escolas. Parece haver uma invisibilização dos componentes e ações relacionadas à sexualidade, nas instâncias de implementação de tais políticas no nível local, a partir da análise da arena nacional.

Estes dados encontram consonância com as pesquisas no campo do comportamento sexual e reprodutivo das mulheres jovens brasileiras, há vários estudos sobre contracepção e gravidez na adolescência, na Antropologia, Psicologia Social e Saúde Coletiva, que mostram

a maior preocupação com a contracepção do que com a prevenção (Quadros *et al.* 2012; Adrião *et al.* 2012; Quadros, Adrião & Xavier 2011; Quadros 2007; Heilborn *et al.* 2006; Brandão & Heilborn 2006; Almeida *et al.* 2003; Rohden & Equipe Gravid 2005; Castro *et al.* 2006) e o conhecimento de métodos (embora não plenamente de seus fatores de risco, modos de atuação e efeitos colaterais), chamando a atenção que o conhecimento não é prerrogativa suficiente para o uso em todas as relações sexuais.

O romantismo que reveste as relações de namoro ou casamento implicando uma relação de confiança que supõe a fidelidade, bem como a classificação das mulheres entre as sérias, sexualmente inexperientes e recatadas e aquelas que são experientes, ‘safadas’, da rua (lembrando a oposição entre casa e rua feita por Roberto da Matta, como característico da sociedade brasileira), são elementos importantes na compreensão do uso inconsistente dos métodos de contracepção e prevenção em toda a América Latina (Quadros 2011; Chant & Craske 2003; Heilborn *et al.* 2006; Adrião *et al.* 2012; Brandão & Heilborn 2006).

No âmbito nacional, portanto, a ótica dos planejadores e implementadores de políticas parece voltada para o alcance de resultados relacionados aos indicadores de saúde e educação prescritos pelas políticas internacionais de população, sem que haja uma preocupação maior com os processos pelos quais as pessoas orientam suas práticas sexuais e comportamentos reprodutivos. Ao que parece, o desejo de ter ou não filhos se torna importante na medida em que contribui para metas de redução da fecundidade das mulheres jovens, pois há entraves vividos cotidianamente na busca por uma vida sexual e reprodutiva satisfatória que levam a um leque de escolhas limitado por valores de gênero e sexualidade.

Ao acentuar a invisibilidade, evidencio modos de expressão de poder que operam para assegurar a resistência – estratégica para garantir interesses políticos, religiosos ou econômicos – em se tratar do prazer, das preferências sexuais, ou da assunção da vida sexual pelas jovens,

como questões importantes para o gerenciamento da saúde e o exercício da cidadania. Abordar o contexto local a partir das etnografias realizadas em Recife e Caruaru e das falas das jovens em entrevistas a elas associadas, auxilia a compreensão da invisibilidade.

### **Sexo e mulheres jovens, uma combinação perigosa?!**

Pernambuco vem acompanhando a média nacional quanto aos anos de escolaridade, a superação do *gap* entre garotas e rapazes na educação (Bacelar 2012), e também a taxa de fecundidade (1,88, em 2010, um pouco maior do que a média nacional). A redução no número de partos de mães adolescentes (10 a 19 anos) atendidos no SUS também vem decrescendo com proximidade à média nacional - uma redução de 32, 58% no Estado e de 34,6% no País, no período de 2000 a 2009 (DATASUS).

Desse modo, Pernambuco pode ser considerado um bom cenário para refletir sobre a relação entre crescimento econômico, melhoria de indicadores sociais e empoderamento das mulheres jovens. Isso significa olhar para o modo como está ocorrendo à efetivação de direitos sexuais e direitos reprodutivos, uma vez que as decisões sobre o planejamento e o comportamento reprodutivo estão intimamente ligadas àquelas relacionadas à vida sexual. O otimismo dos planejadores e implementadores de políticas pode ser entendido como efetivação de direitos para as mulheres jovens? O que está por trás desses indicadores?

Os bons resultados alcançados pelos indicadores econômicos e sociais no espectro macrossocial podem ser contrastados aos impasses e problemas vivenciados pelas mulheres jovens na vida cotidiana, bem como aos valores que permeiam seus comportamentos sexuais e reprodutivos, para ajudar a refletir sobre a efetividade dos resultados da implementação das políticas que respeitem direitos sexuais e reprodutivos neste processo.

Assim, como será que as jovens pernambucanas estão vivenciando sua sexualidade, ela está sendo vivida como um direito? Qual a auto-

nomia que estas jovens possuem nas decisões sobre a sua vida sexual? Compreender características da vida sexual de jovens de Pernambuco, pode ilustrar como o sucesso destes indicadores estão refletindo ou não processos de empoderamento das mulheres jovens, entendidos aqui dentro da perspectiva da transformação do machismo/patriarcalismo e da heteronormatividade (Kabeer 1999; Bay-Cheng 2011; Batliwala 1994), fundamentais para a obtenção de igualdade e cidadania.

O empoderamento pode ser um processo facilitador para a aquisição de autonomia no exercício dos direitos reprodutivos (Corrêa & Petchevsck 1994) e sexuais, assim como sua análise pode ser uma ferramenta útil para auxiliar a compreensão de acontecimentos micro e macro sociais que se fazem importantes na efetivação de tais direitos (Kabeer 1999; Bay-Cheng 2011; Batliwala 1994).

Ao refletir sobre o empoderamento, Naila Kabeer (1999:437) destaca que a importância das escolhas (ou decisões), para a análise do poder, se vincula à capacidade de fazer escolhas, a possibilidade de alternativas e a relevância das escolhas em termos de consequências para a vida das pessoas. Nesse sentido, as decisões sobre quando casar e ter filhos podem ser consideradas estratégicas e ajudam a definir outras escolhas. Analisar aspectos da sexualidade relacionados à busca do prazer pode contribuir para refletir sobre os momentos de construção de decisões estratégicas.

A sexualidade é importante componente do processo de empoderamento da mulheres jovens, não apenas em termos de prevenção e contracepção, mas também como garantia de condições sociais para o direito à busca do prazer sexual. Como bem observam Brandão & Heilborn:

“A sexualidade propicia o aprendizado da autonomia, fomentando o Processo de construção de si na adolescência e juventude. Compreendida como mediadora de relações sociais, ela condensa possibilidades de exercício da autonomia pessoal, tendo em vista que os contatos afetivo-sexuais juvenis encontram-se menos atrelados ao

casamento e mais voltados ao desenvolvimento pessoal e interação com o outro” (Brandão & Heilborn 2006:1424).

Ao focalizar a sexualidade, a procura por informações, os processos de decisão sobre ser sexualmente ativa ou não, escolha de parceiro/a, existência de relações sexuais e casamento consensuais e respeito à integridade física, podem ser compreendidos como indicadores importantes para autonomia e busca de prazer. Além disso, considera-se que as decisões sobre a vida sexual estão bastante relacionadas ao planejamento reprodutivo, no direito a decidir sobre o número de filhos e o espaçamento entre gestações<sup>11</sup>. Neste artigo, estou me atendo especialmente a informações sobre sexualidade, processos de decisão sobre ser sexualmente ativa ou não e existência de relações sexuais, evidenciando uma dimensão coletiva que afeta a possibilidade de consenso.

Os locais onde os serviços de educação relacionada à sexualidade podem ser oferecidos, envolvem os planos estadual e municipal. O ensino fundamental é uma responsabilidade dos municípios (embora haja algumas escolas administradas pelo Estado) e o ensino médio é gerido pelo Estado.

É importante mencionar, em Pernambuco, a criação da Secretaria da Mulher, em 2007, no primeiro mandato do Governador Eduardo Campos, que se destacou no cenário nacional pelos resultados de gestão alcançados. Um deles foi o incentivo a criação de secretarias ou coordenadorias da mulher. O Estado conta, atualmente, com 158 organismos municipais de políticas para as mulheres instituídos. Levando em conta que Pernambuco possui 185 municípios, esse é um indicador que mostra a capilaridade das ações da Secretaria, e parece convergir com interesses dos municípios.

A Secretaria da Mulher desenvolve parcerias com a Secretaria de Educação. Na educação, apoiou a criação de 53 Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento à Violência em escolas do ensino médio e institutos de ensino superior da capital e interior, bem como a inserção do módulo de gênero na formação continuada de professo-



res de ensino básico da rede pública, possui um prêmio de estudos de gênero<sup>12</sup> para professores do ensino básico e alunos das escolas e universidades, e realiza periodicamente um seminário sobre gênero e educação.

Há grande preocupação do Estado com o incentivo do debate das relações de gênero nas escolas públicas e um grande enfoque nos problemas relacionados à violência contra a mulher, como forma de enfrentamento à dura realidade enfrentada pelas mulheres. Recife e Caruaru<sup>13</sup> possuem Secretaria de Políticas para as Mulheres. Caruaru possui, ainda, uma Secretaria da Criança e do Adolescente e de Políticas Sociais, cuja ênfase está predominantemente na criança.

Quanto à presença do tema da sexualidade nas escolas, foi possível notar, no âmbito do município do Recife, que há um Grupo de Trabalho em Orientação Sexual (GTOS) na Secretaria de Educação. Este grupo desenvolve atividades com estudantes e familiares, professores, gestores, animadores culturais, por meio de palestras, oficinas e eventos. Não há indícios na página do grupo de que haja uma inserção sistemática dos temas no cotidiano da escola, mencionam que trabalham para desconstruir tabus e mitos relacionados à sexualidade.

Em Caruaru, foi possível notar que o PSE desenvolve palestras nas escolas sobre temas relacionados à saúde como obesidade e saúde bucal. Não detectamos ações relacionadas à sexualidade.

Há também atividades desenvolvidas pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Pernambuco (SINTEPE), que assumiu o PSE, a partir de 2007, e vem oferecendo oficinas e palestras sobre gênero, saúde sexual e reprodutiva, bullying, direitos humanos na rede pública de ensino (<http://sintepe.org.br/site/v1/index.php/campanhas/prevencao-nas-escolas>). A coordenadora da ação reclama da falta de apoio e participações pontuais da Secretaria de Educação para o desenvolvimento deste projeto (<http://www.youtube.com/watch?v=27UfitvjGnY>).

Este quadro indica que pouca atenção está sendo dada ao tema no sistema educacional do Estado. Mesmo levando em conta o gran-

de esforço da Secretaria da Mulher em levar adiante o diálogo com a Secretaria da Educação, os temas da sexualidade não parecem estar sendo abordados de modo sistemático nas escolas, e a relação com o viés da saúde parece preponderante, mesmo que se mencione os direitos nas palestras, oficinas e eventos. Esta situação reforça a observação de que apesar da adesão à abordagem dos direitos sexuais reprodutivos, presente em documentos importantes relacionados à educação no país, a implementação dessas ações é alvo de releituras e adequações que esvaziam conteúdos importantes para sensibilização e motivação a processos de empoderamento relacionados à sexualidade.

Mas o que dizem mulheres jovens residentes nestas duas cidades, quanto aos conteúdos de sexualidade a que têm acesso nas escolas e ao cotidiano da própria escola em relação a práticas relacionadas à sexualidade, como ficar, namorar e beijar?

Apesar da inexistência de um programa sistemático relacionado à educação sexual abrangente nas escolas, baseado na promoção dos direitos sexuais, a escola foi citada como um espaço para obter mais informações sobre sexo, prevenção e contracepção, na análise de entrevistas em profundidade com 22 mulheres jovens, para saber a respeito de suas trajetórias sexuais e reprodutivas, bem como do uso de preventivos e contraceptivos. As jovens pertencem a três comunidades distintas, um bairro periférico do Recife, que recebeu o nome fictício de Alto do Paraíso, um bairro popular do centro Caruaru, cujo nome fictício é Vila Rica e uma comunidade periférica de Caruaru perto da zona rural, denominado Vila Santo Expedito. A pesquisa foi realizada de 2008 a 2010.

A maioria das jovens<sup>14</sup> é negra ou parda, completou ou estava cursando o ensino médio. Nove possuíam atividade remunerada, dez eram estudantes e cinco eram donas de casa. A renda familiar variava de 1 a 3 salários mínimos<sup>15</sup>. Quinze eram solteiras e nove dessas não possuíam parceiro fixo, três estavam com namorado e três noivas. Sete eram casadas. Quando solteiras, a maioria morava com os pais (uma das entrevistadas morava sozinha), quando casadas, com o marido e/

ou filhos/as. Ao casarem, tendiam a estabelecer residência nas proximidades da casa de parentes da jovem ou do marido. Oitos jovens são mães.

Nas comunidades, foi possível notar, pelas observações etnográficas, que a circulação de informações sobre a virgindade das jovens está presente nas rodas de conversas dos homens, e das mulheres, por motivos diferenciados.

Os homens da comunidade, geralmente reunidos em rodas de dominó, partidas de futebol, bares ou festas, ou ainda conversando em grupo nas esquinas das ruas das comunidades, comentam sobre suas proezas sexuais e comparam como as mulheres são na cama. Nestas conversas, ficam atualizando informações sobre quem é virgem ou não, levando-se em conta que tirar a virgindade de uma jovem é uma façanha bastante valorizada entre eles. Ao passo em que conversam, classificam as mulheres entre as que são ‘boas para casar’ e as que são ‘boas para transar’. A mulher boa para casar deve ser inexperiente sexualmente (pode ter tido pouca experiência sexual antes do casamento, preferencialmente com o próprio marido), ajudar a mãe a cuidar da casa e dos irmãos mais novos e não frequentar constantemente festas (Quadros 2010).

As mães sabem que o ‘valor’ de suas filhas no mercado matrimonial está associado à reputação da jovem, ao respeito que ela inspira na comunidade. Ser sexualmente ativa significa ser desvalorizada neste mercado. A estas preocupações se unem outras, de ordem religiosa (a maior parte das pessoas das comunidades é evangélica ou católica), que valorizam a virgindade para homens e mulheres, do ponto de vista moral, embora temam realmente a perda da virgindade das moças.

As próprias jovens também se classificam desta maneira, uma vez que querem ser reconhecidas nas comunidades como pessoas de ‘valor’, querem encontrar um namorado e/ou um marido que as valorizem e respeitem. Dessa forma, elas procuram se distinguir das mulheres desvalorizadas pela comunidade, que geralmente inclui as que são sexualmente experientes e já tiveram relacionamentos sexuais com

vários homens. Isso significa tomar cuidados para não ficar ‘falada’. Um dos recursos que elas encontram para fazer isso é manter sua vida sexual em segredo ou conhecida por poucos, até que se case e/ou esteja grávida. Tanto nas comunidades onde entrevistamos jovens virgens (Caruaru), quanto na comunidade onde nenhuma das entrevistadas era virgem (Recife), o temor de ficar ‘falada’ estava presente.

Manter a vida sexual em segredo, portanto, é uma estratégia para se tornar respeitada e se distinguir de outras jovens da comunidade, que são desvalorizadas porque possuem experiência sexual. A comunidade e a família são fontes importantes de controle sobre a vida sexual das jovens, valorizando-as como pessoas assexuadas. A estratégia de manter segredo pode ser lida como uma conformação a esta regra moral, mas não deixa de evidenciar que a vida sexual das jovens existe. Nesse sentido, a perspectiva dos participantes da comunidade, de invisibilizar a vida sexual jovem para que ela seja uma mulher de respeito, está diametralmente oposta à perspectiva dos direitos sexuais, que é a de respeitar a vida sexual da jovem.

Como podemos confirmar por meio dos dados das pesquisas *Significados e práticas relacionadas à gravidez na adolescência em diferentes redes de convívio e apoio* (Adrião et al. 2012) e da pesquisa *Mortalidade neonatal e infantil: representações e riscos para adolescentes e adultos no Recife* (Scott 2010) e em outros trabalhos (Scott 2010; Cordeiro & Quadros 2011), uma perspectiva de controle do risco, fruto de uma visão preconceituosa em relação à classe/raça, gênero e idade, também recebe reforços da família e da comunidade, uma vez que estes avaliam responsabilidades e cuidados com os quais podem ter que lidar diante de uma gravidez adolescente, reforçando as ideias de inexperiência e inconsequência, especialmente para aquelas jovens que não se casam.

Na esfera comunitária, a escola é um lugar importante para fazer amizades e encontrar namorados. Embora todas afirmem que a escola possui regras muito rígidas quanto à proibição de namoro, carícias e beijos, acaba sendo o lugar que possibilita as jovens exercitar alguma autonomia, onde conseguem trocar informações sobre sexo com as

amigas e parecem conseguir driblar a intensa supervisão da família e da comunidade. Ao falar sobre o seu primeiro beijo, uma entrevistada mencionou:

[...] foi na escola, né? Aí foi num lugar, tipo, um canto escondido e uma pessoa de olho pra não vim gente da secretaria (Talita, 18 anos, Vila Santo Expedito).

Mas tudo tem que ser feito com intenso planejamento em relação a lugares e horas menos vigiados e a cumplicidade de amigos, que podem trair sua confiança, depois. Os arredores da escola e as festas do calendário escolar, organizadas intra ou extramuros, são importantes eventos para beijar, ficar ou namorar.

Além das conversas com as amigas e a busca de informações nos meios de comunicação, palestras geralmente ministradas por profissionais de saúde na escola, acabam privilegiando a abordagem da prevenção, coincidindo com aquela das poucas mães que conversam com as filhas sobre sexo. Sexo significa um perigo eminente, praticar sexo e ser adolescente contém perigos contra os quais a jovem tem que se precaver:

Não, assim o normal, vejo as colegas falar, aí a gente acaba descobrindo coisas novas, mas assim o normal já sei o normal, aprendi na escola, às vezes a mãe fala quando a gente fica maior, pra prevenir mesmo, e *a pior época é essa*, mas assim normal (Branca, 16 anos, solteira, Vila Rica – grifos meus).

As jovens reclamam que o tratamento dado na escola às questões sexuais é sempre superficial, ora privilegiando a prevenção a doenças sexualmente transmissíveis (DST/AIDS) ora privilegiando a contracepção. Algumas mencionaram que obtiveram informações nas aulas sobre reprodução humana, na disciplina de Biologia.

Ressaltar a escola possibilita o desvendamento de informações sobre o modo como a comunidade, a família e profissionais da educação estão lidando com a sexualidade de mulheres jovens. As dificuldades de acesso a informações sinalizam para a invisibilização da vida sexual

jovem, que parece compor o processo de invisibilização da abordagem abrangente da sexualidade, que deveria debater também a busca do prazer e do bem estar. No nível comunitário, sexualidade e juventude das mulheres constituem uma combinação perigosa. Por isso mesmo, deveriam ser controladas e vigiadas. Uma das maneiras de efetivar o controle e a vigilância seria justamente tornar a vida sexual das jovens um sinônimo de desonra e desrespeito moral. A ideia de direitos sexuais como respeito à vida sexual das jovens não parecia ter ressonância.

O controle e a vigilância são mecanismos de poder que atuam no sentido de minar as possibilidades do exercício dos direitos reprodutivos das mulheres jovens na procura por informações sobre sexualidade e nos processos de decisão sobre ser sexualmente ativa ou não, utilizando para isto processos que se alimentam do silenciamento e da invisibilização.

As próprias jovens possuem práticas que reforçam este ciclo vicioso. Quando tomam medidas para não serem confundidas com as mulheres ‘faladas’, contribuindo para a reprodução da classificação de mulheres, um importante veículo de legitimação de poder masculino, mas esta constatação torna-se superficial, se não atentarmos para o fato de que elas estão aprendendo a lidar com a moralidade vigente e as regras que as valorizam como pessoas reconhecidas pelas diversas esferas da comunidade!

É importante compreender que, no aprendizado da sexualidade, elas estão em busca de sua própria autonomia, avaliam com propriedade as fontes de informação e serviços que podem acessar e procuram estratégias para burlar o controle e a vigilância que tentam formatar a todo instante a sua vida sexual. Neste sentido, compactuar com a invisibilidade pode ser lido também como uma resistência. Ou melhor, como diz Foucault “o indivíduo é um efeito do poder e, simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão” (1979:184),.

A situação que as mulheres jovens vivem em termos de aumento de escolaridade e a queda da fecundidade não parecem estar sendo

acompanhadas por práticas que valorizem os seus direitos sexuais no sistema educacional. Se olharmos apenas para os dados estatísticos, podemos inferir uma melhora na condição de vida das jovens, mas eles são insuficientes para atestar seu empoderamento.

É possível dizer que há maior tolerância com a perda da virgindade, quando comparamos as jovens dessa geração com as das gerações passadas, porém é necessário frisar que os mecanismos de controle parecem ter se renovado, respondendo a exigências legais e compromissos governamentais (como veicular informações sobre prevenção e contracepção nas escolas) quanto à saúde da população, deixando ainda poucas alternativas para estas jovens. Por outro lado, o aumento da escolaridade pode contribuir para a melhoria da saúde sexual e reprodutiva das mulheres jovens, mas não tem significado acesso à educação sexual abrangente na escola, que poderia ser um dos instrumentos de promoção dos direitos sexuais.

Estas dificuldades e barreiras na efetivação dos direitos sexuais de mulheres jovens podem ser acrescidas de outras relacionadas às lésbicas e aos gays. Entretanto, é importante lembrar que ainda há muitos obstáculos que precisam ser superados para que as mulheres jovens heterossexuais possam ter sua autonomia respeitada.

### **Considerações finais**

Nesta análise, ao contrastarmos a vivência da sexualidade de mulheres jovens, com as articulações, negociações e pressões feitas em arenas internacionais, nacionais e locais por representantes governamentais e movimentos sociais que pautam direitos sexuais, é possível notar uma distância abissal entre o que está escrito nos documentos oficiais e o que acontece na prática, em relação aos direitos sexuais das mulheres jovens. A prática reafirma a perspectiva controlista que parece motivar diferentes setores governamentais e comunitários, apesar de todos os esforços e articulações feitas pelos movimentos sociais em favor dos direitos sexuais.

É preciso reforçar que o crescimento econômico e o sucesso dos indicadores sociais não são suficientes para a promoção dos direitos sexuais das mulheres jovens. Como nos adverte Batliwala (1997:194), a intenção em atingir metas quantificáveis de empoderamento deve ser objeto de olhar cauteloso, especialmente aquelas que aparecem como indicadores dos serviços prestados pelos governos á sociedade, como frequência a escola, atendimento nos serviços de saúde, expansão de eletrificação e da rede de abastecimento, entre outros, uma vez que o acesso a recursos e serviços médicos ou de educação, assim como a melhoria de outros serviços básicos (como água, combustível), embora possam proporcionar melhorias consideráveis na condição de vida das mulheres, não geram mudanças em sua posição ou *status*, automaticamente.

Os caminhos tomados neste artigo parecem ter se desviado das reflexões acerca dos impactos gerados por grandes projetos de desenvolvimento, entretanto, se olharmos mais atentamente, é possível refletir pelas ausências e invisibilizações que tornam os direitos sexuais e a sexualidade de mulheres jovens assuntos pertinentes a uma análise de impactos mais difusa, porque as mulheres não são consideradas um grupo específico de atingidos por grandes projetos, embora elas estejam sujeitas aos impactos de modo acentuado. Portanto, o texto chamou a atenção para estes processos de invisibilização, ausência e silenciamentos, evidenciando que é possível e preciso um diálogo de maior proximidade entre a literatura relacionada a impactos de grandes projetos e àquela que trata dos direitos humanos a partir de questões específicas como a sexualidade.

Considerar esta maior proximidade, não significa concordar com um vínculo necessário entre formas de considerar a sexualidade e execução de grandes projetos, mas defender e buscar caminhos que desvendem as lógicas diferenciadas de governantes, investidores/executores de grandes projetos e diversos setores da população, para visibilizar as formas de controle e superá-las nos mais variados espaços, defendendo a sexualidade enquanto direito humano.



Planejadores de intervenções urbanas não colocam metas de empoderamento para as mulheres em relação à educação, ao emprego, à habitação ou à sexualidade – talvez a mais invisibilizada e silenciada. São secretarias específicas relacionadas a educação e saúde prioritariamente, que veiculam programas e ações relacionados à sexualidade, cujos resultados, por mais precários que sejam, precisam ampliar a criação de espaços que permitam ou não inibam a vivência de sexualidade, reduzindo as desigualdades presentes na sociedade.

Ao tratar os direitos sexuais, é importante considerar a elaboração de políticas que possam dar conta da diversidade de situações, preconceitos, discriminações, injustiças e desigualdades praticadas contra homossexuais e heterossexuais, que fazem parte do cenário em que investimentos variados e diferenciados compõem as intervenções no meio urbano em nome do desenvolvimento. O exercício dos direitos sexuais da população devem ser fonte de preocupação do projeto de desenvolvimento que se pretende para o país.

Mesmo não fazendo parte da ‘vitrine’ de indicadores bem sucedidos pela qual o Brasil tenta atrair os grandes projetos e investimentos, os direitos sexuais são importantes para o exercício de vários outros direitos, sendo fundamentais para a conquista da cidadania plena. Devem, portanto, compor um conjunto de esforços de diferentes instâncias governamentais para transformar os compromissos de adesão e respeito, escritos em documentos oficiais, em realidade efetiva. Não é possível que a perspectiva controlista continue se alimentando das ausências, invisibilizações e silenciamentos que estão permeando a vida sexual das mulheres jovens!

É preciso salientar que muitas iniciativas governamentais têm sido realizadas com a finalidade de enfrentar as desigualdades de gênero e a discriminação sexual. Muitas delas não foram mencionadas neste artigo, como o edital nacional do CNPq de financiamento específico para estudos de gênero, o prêmio nacional de estudos de gênero oferecido a estudantes de graduação e pós-graduação. Também é importante mencionar iniciativas da sociedade civil, como a Marcha

das Vadias, a Marcha Mundial das Mulheres, a luta por educação sexual pautada na promoção de direitos sexuais.

Tanto as iniciativas governamentais quanto as da sociedade civil formam um campo de lutas que ora se delineiam como uma oposição, ora como uma colaboração. Na esfera do discurso, os defensores dos direitos sexuais e reprodutivos, se unem ao discurso político oficial a favor dos direitos humanos. A oposição maior provém de alas conservadoras e religiosas que também marcam sua presença no governo e na sociedade civil. Este é um campo complexo de disputas, no qual os silenciamentos e as invisibilidades operam contra o respeito aos direitos sexuais, no qual os obstáculos ao empoderamento das mulheres jovens, por vezes, efetivam-se nas práticas sociais e políticas.

## Notas

<sup>1</sup> Agradeço a Parry Scott pela revisão cuidadosa e sugestões valiosas a este trabalho. Este artigo é um desdobramento do meu estágio pós-doutoral, como bolsista da Capes processo BEX 6185/12-6, no Center for Latin American Studies da University of Florida, sob a supervisão da Professora Doutora Marianne Schmink (2012/2013). Versão anterior foi apresentada no Congress of the Latin American Studies Association, Chicago, IL May 21 – 24, 2014.

<sup>2</sup> O Brasil reduziu em aproximadamente 35% o percentual de população pobre e em 54% o percentual da população extremamente pobre (até ½ salário mínimo), entre 2001 e 2008, segundo os dados da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, responsável oficial pelo recenseamento decenal da população (IBGE).

<sup>3</sup> Recife é a capital do estado, possuindo o maior PIB e Caruaru é considerada a capital do agreste, por ser o segundo maior centro metropolitano do estado. Está localizada na região agreste, a 134 km de Recife, sendo considerada um dos municípios do país em crescimento econômico acelerado, possui um setor de comércio e prestação de serviços proeminente, sendo uma cidade referência para 11 municípios no seu entorno e o maior PIB da região agreste, em 2014, segundo dados do IBGE (<http://cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?coduf=26&codv=V05&dir=desc&idtema=134&lista=uf&order=dado>).

<sup>4</sup> Kate Sheill (2008:91-92) cita os tratados existentes: ‘o direito à vida’ (Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, artigo 6); direito à liberdade e segurança da pessoa (idem, artigo 9.1); direito a desfrutar dos benefícios do progresso científico (Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, artigo 15, 1b); o direito à liberdade de expressão, incluindo o direito de receber e transmitir

informação (Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, artigo 19); o direito a contrair matrimônio e formar uma família (idem, artigo 23); o direito à saúde (Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, artigo 12); e o direito do acesso igual aos serviços de saúde para as mulheres, incluindo o planejamento familiar (Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, artigo 12).

<sup>5</sup> Como pode ser visto nos documentos: Documento da Sociedade Civil Brasileira para Cairo +20, 2013; Consenso de Montevideo sobre Población y Desarrollo, 2013; Declaração de jovens da América Latina e do Caribe, Apresentada durante a Reunião da Mesa Diretora Ampliada do Comitê Especial sobre População e Desenvolvimento do período de sessões da Cepal, Santiago do Chile, 11 a 14 de março de 2004.

<sup>6</sup> O empoderamento pode ser visto como um processo de mudança (Kabeer 1999; Bay-Cheng 2011), no qual há obtenção de maior controle e acesso a fontes de poder, sejam elas os bens materiais, os recursos intelectuais ou ideológicos, por parte de populações cuja capacidade para tomar decisões ou fazer escolhas esteja sendo negada, levando-as a aquisição desta capacidade (Kabeer 1999; Batliwala 1994). Várias autoras (Sardemberg 2010; Cornwall & Anyidoho 2010) advertem que preciso tomar cuidado com uma visão mais instrumentalista do empoderamento, que prioriza o crescimento e interesse individual, como instrumento das prioridades do desenvolvimento, que se atem à mensuração e à quantificação de metas estabelecidas pelas principais agências de desenvolvimento, como o Banco Mundial, podendo levar a uma abordagem do termo que o distancia dos objetivos feministas da igualdade e bem estar das mulheres.

<sup>7</sup> Intitulada *Mulheres jovens e dupla proteção em diferentes circuitos de socialidade: um estudo comparativo entre Recife e Caruaru – PE* e realizada entre os anos de 2008 e 2010, da qual fui coordenadora.

<sup>8</sup> Uma delas intitulada *Mortalidade neonatal e infantil: representações e riscos para adolescentes e adultos no Recife*, realizada entre 2005 e 2008, financiada pelo CNPq, coordenada por Russell Parry Scott, da qual fiz parte como pesquisadora. A segunda, intitulada *Significados e práticas relacionadas à gravidez na adolescência em diferentes redes de convívio e apoio: um estudo comparativo entre as mesorregiões da Região Metropolitana do Recife e do Sertão (PE)*, realizada entre 2010 e 2012, financiada pela FACEPE, coordenada por Karla Adrião e da qual fiz parte como vice coordenadora.

<sup>9</sup> <http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/565-sas-raiz/dapes/saude-do-adolescente-e-do-jovem/14-saude-do-adolescente-e-do-jovem/10475-acoes>.

<sup>10</sup> O outro programa que possui este potencial é aquele relacionado ao atendimento à saúde sexual e reprodutiva. Este programa será tratado em outra oportunidade.

<sup>11</sup> Esses são os indicadores com os quais a Organização Mundial de Saúde trabalha (ARMAS 2008).

<sup>12</sup> Prêmio Naide Teodósio de Estudos de Gênero (disponível em: <http://www2.secmulher.pe.gov.br/web/secretaria-da-mulher/premio>).

<sup>13</sup> Como já mencionei anteriormente, neste trabalho, estou me atendo aos municípios de Recife (1.555.000 habitantes), cidade litorânea e capital do Estado e Caruaru (260.000 habitantes).

<sup>14</sup> Os nomes das jovens e dos seus locais de residência são fictícios para assegurar o anonimato das mesmas.

<sup>15</sup> O valor do salário mínimo no Brasil, durante o tempo de realização desta pesquisa foi de R\$ 415 em 2008; R\$ 465,00 em 2009 e R\$ 510,00 em 2010.

## Referências

- AÇÃO EDUCATIVA & CARREIRA, Denise (eds). 2011. *Informe Brasil - Gênero e Educação*. Ecos: Centro de Referência às Vítimas da Violência do Instituto Sedes Sapientia; Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação. São Paulo: Ação Educativa.
- ADRIÃO, Karla Galvão *et al.* 2012. Relatório Final processo APQ 0142-7.07/10.
- ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira *et al.* 2010. Relatório final Curso EAD Gênero e Diversidade na Escola UFPE - CEAD/FAGES, Convênio nº 103/2008, Recife.
- ALMEIDA, Maria da Conceição Chagas *et al.* 2003. "Uso de Contracepção por adolescentes de escolas públicas da Bahia". *Revista de Saúde Pública*, 37(5):566-575.
- ARMAS, Henry. 2008. "A democracy of sexuality: linkages and strategies for sexual rights, participation and development. In CORNWALL, Andrea, CORREA, Sonia & JOLLY, Susie (eds): *Development with a Body*, pp. 210-224. New York: Zed Books.
- BACELAR, Tânia. 2012. Conferência da Mesa Temática I - "Análise da realidade social, econômica, política e cultural das mulheres nos âmbitos nacional, estadual e municipal", III Conferência Estadual dos Direitos da Mulher. Recife: Secretaria da Mulher/Governo de Pernambuco.
- BATLIWALA, Srilatha. 1994. "The Meaning of Women's Empowerment: New Concepts from Action". In SEN, Gita, GERMAIN, Adrienne & CHEN Lincoln C. (eds): *Population Policies Reconsidered: Health, Empowerment and Rights*, pp. 127-138. Cambridge: Harvard University Press.
- BAY-CHENG, Laina Y. 2011. "Recovering Empowerment: De-personalizing and Re-politicizing Adolescent Female Sexuality". *Sex Roles*, 66: 713-717.
- BHAVNANI, Kum-Kum, FORAN, John & KURIAN, Priya (eds). 2003. *Feminist Futures: Re-imagining Women, Culture and Development*. New York: Zed Books.
- BOSERUP, Esther. 1970. *Woman's Role in Economic Development*. New York: St. Martin's.

- BRANDÃO, E. R. & HEILBORN, M. L. 2006. "Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil". *Cad. Saúde Pública*, 22(7):1421-1430.
- CASTRO, M. G., Nadir; MIRANDA, M. B. & ABRAMOVAY, M. 2006. Juventude, Gênero, Família e Sexualidade: combinando tradição e a modernidade. Trabalho apresentado no I Seminário Internacional – Família Contemporânea: desafios à intimidade e à inclusão social. Universidade Católica, Salvador.
- CHANT, Silvia & CRASKE, Nikki. 2003. *Gender in Latin America*. London/ New Brunswick, New Jersey: Latin America Bureau/Rutgers University Press.
- CORDEIRO, R. & QUADROS, M. T. 2010. "Jovens agricultoras, salário maternidade e o critério idade". In SCOTT, Parry, CORDEIRO, Rosineide & MENEZES, Marilda (orgs.): *Gênero e geração em contextos rurais*, pp. 393-422. Florianópolis: Mulheres.
- CORNWALL, A., HARRISON, E. & WHITEHEAD, A. 2007. "Introduction: feminisms in development: contradictions, contestations and challenges". In CORNWALL, Andrea, HARRISON, Elizabeth & WHITEHEAD Ann (eds.): *Feminisms in Development*, pp. 1-17. New York: Zed Books.
- CORNWALL, Andrea & ANYIDOH, Nana Akua. 2010. "Introduction: Women's Empowerment: Contentions and contestations". *Development*, 53(2):144-149.
- CORNWALL, Andrea, CORREA, Sonia & JOLLY, Susie (eds). 2008. *Development with a Body*, pp. 210-224. New York: Zed Books.
- CORRÊA, Sonia & PETCHEVSK, R. 1994. "Reproductive and Sexual Rights: A Feminist Perspective". In SEN, G.; GERMAIN, A. & CHEN, L.C. (Eds): *Population Policies Reconsidered: Health, Empowerment, and Rights*, pp. 107-123. Boston, MA: Harvard University Press.
- DOCUMENTO da Sociedade Civil Brasileira para Cairo +20, 2013.
- FOUCAULT, Michel. 1985. *História da Sexualidade I: a vontade do saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- HEILBORN, M. L. et al (eds.). 2006. *O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Garamond e Fiocruz.
- KABEER, Naila. 1999. "Resources, Agency, Achievements: Reflections on the Measurement of Women's Empowerment". *Development and Change*, 30:435-464.
- LAVINAS, Lena. 2012. Conferência da Mesa Temática I – "Análise da realidade social, econômica, política e cultural das mulheres nos âmbitos nacional, estadual e municipal", III Conferência Estadual dos Direitos da Mulher, Recife: Secretaria da Mulher/Governo de Pernambuco.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 1997. *Parâmetros curriculares nacionais: ensino fundamental*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental (MEC/SEF).
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 1998. *Referencial curricular nacional para a educação infantil*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental (MEC/SEF).

- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2000. *Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental (MEC/SEF).
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. 2001. *PLANO Nacional de Educação*. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental (MEC/SEF).
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2010. *Diretrizes nacionais para a atenção integral à saúde de adolescentes e jovens na promoção, proteção e recuperação da saúde*. Brasília: Secretaria de Atenção em Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas, Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. 2011. *Saúde Brasil 2010: uma análise da situação de saúde e de evidências selecionadas de impacto de ações de vigilância em saúde/Ministério da Saúde*. Brasília: Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise de Situação em Saúde.
- MOSER, Caroline. 1995. *Gender Planning and Development: Theory, Practice and Training*. New York/London: Routledge.
- OLIVEIRA, Gilson Batista de. 2002. "Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento". *Rev. FAE*, 5(2):39-48.
- PINHEIRO, Luana et al. 2008. *Retrato das Desigualdades de gênero e raça*. Brasília: Ipea/ SPM/ UNIFEM.
- QUADROS, Marion Teodósio de et al. 2012. "Mulheres jovens, sexualidade e redes de convivência em uma comunidade rural de Caruaru/Pe: circuitos (des)integrados?". *Revista Antropológicas*, (23):145-168.
- QUADROS, Marion Teodósio de & ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira. 2010. "Feminismo, academia e formação: reflexões a partir de ações do FAGES e do GEIN". In BURITY, J.A., RODRIGUES, C. M. & SECUNDINO, M. de A. (eds.): *Desigualdade e justiça social - vol. II: diferenças culturais e políticas de identidade*, pp. 277-292. Belo Horizonte: Editora Argvmentvm, v.II.
- QUADROS, Marion Teodósio de & NASCIMENTO, R. N. F. 2013. Quando a diversidade é um problema? O dialogo entre Antropologia e Educação na formação de professores do ensino básico. Trabalho apresentado na X RAM Reunion de Antropologia del Mercosur, Córdoba.
- QUADROS, Marion Teodósio de. 2007. "Jovens, contracepção e conversas com os pais: comparando opiniões de moças e rapazes de famílias urbanas e rurais". In SCOTT, Russell Parry, ATHIAS, Renato & QUADROS, Marion Teodósio de. (eds.): *Saúde, Sexualidade e Famílias urbanas, rurais e indígenas*, pp. 75-95. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- QUADROS, Marion Teodósio de. 2011. "Homens, valores e práticas relacionadas à contracepção em grupos populares". In QUADROS, Marion Teodósio de e LEWIS, Liana (orgs.): *Homens e dinâmicas culturais: saúde reprodutiva, relações raciais, violência*, pp. 55-93. Recife: Editora Universitária da UFPE.

- QUADROS, Marion Teodósio de., ADRIÃO, Karla Galvão & XAVIER, Anna Karina. 2011. "Circuitos (des)integrados? Relações de convivência entre mulheres jovens e profissionais de saúde numa comunidade de periferia da cidade do Recife (PE)". In NASCIMENTO, Pedro & RIOS, Luís Felipe (eds.): *Gênero, saúde e práticas profissionais*, pp. 73-94. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- RASHID, Sabina Faiz. 2008. "Pequenos poderes, poucas escolhas - contextualizando os direitos reprodutivos e sexuais nas favelas de Bangladesh". In CORNOWELL, Andrea & JOLLY, Susie (eds.): *Questões de sexualidade: ensaios transculturais*, pp.141-154. Rio de Janeiro: ABIA.
- ROHDEN, Fabíola & EQUIPE GRAVAD. 2005. "Religião e iniciação sexual em jovens de camadas populares". In HEILBORN, Maria Luisa et al (eds.): *Sexualidade, família e ethos religioso*, pp. 177-206. Rio de Janeiro: Garamound.
- SARDEMBERG, Cecília Maria. 2010. "Women's Empowerment in Brazil: Tensions in discourse and practice". *Development*, 53(2):232-238.
- SCOTT, R. P. 2007. Risco, reprodução e gênero na mortalidade infantil. Trabalho apresentado no XXXI Encontro Nacional da Associação de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, Caxambu -MG.
- \_\_\_\_\_. 2010. Mortalidade infantil, famílias, geração e serviços de saúde: discursos de disciplina e de riscos. In TRAD, Laeny A. B. (edg.): *Família Contemporânea e Saúde: significados, práticas e políticas públicas*, pp. 243-273. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.
- SHEILL, Kate. 2008. "Sexual rights are human rights". In CORNOWELL, Andrea & JOLLY, Susie (eds): *Development with a Body*, pp. 45 - 53. New York: Zed Books.
- SIMON, W. & GAGNON, J. 1999. "Sexual Scripts". In PARKER, R. & AGGLETON, P. (eds.) *Culture, society and sexuality: a reader*. pp. \*\*\*-\*\*\*. London: UCL.
- TAMALE, Silvia. 2008. "Erotismo, sensualidade e 'segredos de mulheres, entre as/os Baganas". In CORNOWELL, Andrea & JOLLY, Susie (Orgs.): *Questões de sexualidade: ensaios transculturais*, pp.175-190. Rio de Janeiro: ABIA.

### Sites e Links

<http://portal.saude.pe.gov.br/noticias/secretarias-firmam-termo-de-acoes-para-saude-da-mulher/> ; acesso em: 12 set. 2013.

<http://portalsaude.saude.gov.br/index.php/o-ministerio/principal/secretarias/565-sas-raiz/dapes/saude-do-adolescente-e-do-jovem/l4-saude-do-adolescente-e-do-jovem/10475-acoes>; acesso em: 12 set. 2013.

<http://sintepe.org.br/site/v1/index.php/campanhas/prevencao-nas-escolas>; acesso em: 12 set. 2013.

<http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2010/matriz.htm>; acesso em: 12 set. 2013.

<http://www.caruaru.pe.gov.br/?s=Secretaria+da+Mulher+a%C3%A7%C3%B5es&x=33&y=17>; acesso em: 11 set. 2013.

<http://www.educacao.pe.gov.br/portal/?pag=1&cat=37&art=256>; acesso em: 11 set. 2013.

[http://www.recife.pe.gov.br/2009/10/14/grupo\\_de\\_trabalho\\_em\\_orientacao\\_sexual\\_\\_168945.php](http://www.recife.pe.gov.br/2009/10/14/grupo_de_trabalho_em_orientacao_sexual__168945.php); acesso em: 11 set. 2013.

<http://www.youtube.com/watch?v=27UfitvjGnY>; acesso em: 12 set. 2013.

*Abstract:* This paper seeks to highlight how sexuality is present in everyday young women lives and in the national and state education policies, showing the effectiveness of sexual rights and young women empowerment processes in a great economic growth situation and success in social indicators such as those that happened in Pernambuco (from 2008 to 2012). It was based in ethnographies in 3 communities (1 in Recife and 2 in Caruaru), in-depth interviews with 22 young women and documentary research in government and social movements websites. Despite being significant to analyze development processes and projects, sexual rights and young women don't appear visible as agenda to dealing with, because of absence, silence and invisibilization mechanisms. It's possible to realize that agency reaffirms the populational controlling perspective in new ways, in different government and community sectors, although all the efforts of social movements and other governmental sectors in favor of sexual rights.

*Keywords:* Development; Sexuality; Young women; Empowerment.

Recebido em agosto de 2014  
Aprovado em dezembro de 2014